

TABULEIRO DE LETRAS

No silêncio da história, a ficção: a morte de Van Dorth¹

The fiction in the silence of history: the death of Van Dorth

João Antonio de Santana Neto²

RESUMO: Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux, com vistas a estudar o discurso sobre a cidade do Salvador quanto a fatos da sua história, em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se condições de produção, formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito. O *corpus* selecionado para este trabalho é composto de recorte do romance histórico *Dom Marcos* (1976b), de Altamirando Requião. Escolheu-se como tema “a morte de Van Dorth”, retratada no arquivo e no texto literário em questão. Chega-se à conclusão de que Requião, na função-autor, dá às personagens históricas valor secundário e às ficcionais, um papel central na narrativa, visto que estas determinam a focalização por parte do formulador, uma vez que é no silêncio da história que surge espaço para a ficção.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Arquivo; Romance Histórico; Altamirando Requião.

ABSTRACT: This study is an application of the theoretical underpinnings proposed by Pecheux's Discourse Analysis to the discourse about the city of Salvador regarding historical facts in a discursive perspective. Among Pecheux's theoretical presuppositions are the conditions of production of discourse, ideological and discursive formation, interdiscourse, discourse memory, archive and subject. The analyzed corpus was a section of the historical novel *Dom Marcos* (1976b) by Almirando Requião. The chosen theme was “the death of Van Dorth” depicted in the archive and literary text mentioned. The study concluded that that Requião, as the author, gives historical characters a secondary role and a primary role to the fictional characters of the narrative once they determine the focus given by the formulator since it is in the silence of history that the space for fiction emerges.

Keywords: Discourse Analysis; Archive; Historical Novel; Altamirando Requião.

¹Este trabalho integra o projeto de Estágio Pós-Doutoral “Retratos de Salvador: gestos de interpretação do discurso literário sobre a cidade do Salvador”, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD - CAPES).

²Professor Permanente do Programa de Pós-Gradual em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, jneto@uneb.br.

Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com vistas a estudar o discurso sobre a cidade do Salvador quanto a fatos da sua história, em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se condições de produção, formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito.

O *corpus* selecionado para este trabalho é composto de recorte do romance histórico *Dom Marcos* (1976b), de Altamirando Requião. Escolheu-se como tema “a morte de Van Dorth”, retratada nos livros de história (arquivo) e no texto literário em questão.

Na análise, parte-se do princípio de que num texto literário há a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que o gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito, de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode e não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso só é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, visto que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Portanto, trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, dominando o que diz nas suas práticas discursivas. Por isso, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Tem-se, então, o que Pêcheux denominou de esquecimento nº 1, ou

esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação literário, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no repetível histórico (interdiscurso) e historiciza seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento que ocorre entre a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido origina-se nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resulta o movimento da identidade e movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois estão presentes todos os sentidos já produzidos, ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isso significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo estabelece-se por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece, ou melhor, pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo, fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida. É justamente no silêncio da história (arquivo) que há o espaço para o gesto de interpretação literário.

Com relação ao arquivo, neste trabalho, são utilizados os gestos de interpretação históricos de Frei Vicente do Salvador ([1627] s.d.), de Johann Georg Adenburg³([1631]1938)e Padre Antônio Vieira ([1626] 1925). Os discursos produzidos pelos três são utilizados como fonte histórica por Requião (1976b). Convém salientar que os três vivenciaram os acontecimentos da invasão holandesa em Salvador de 1624.

É o próprio Frei Vicente do Salvador ([1627] s.d., p. 150) quem atesta em sua obra haver permanecido preso “na prisão do mar”, durante quatro meses durante a invasão holandesa em Salvador. A respeito de Johann Georg Adenburg, nada se encontrou até a presente data, a não ser o que conta na crônica histórica “A invasão holandesa na Bahia” cujo subtítulo informa ter sido o autor testemunha ocular da referida invasão e que integrava as tropas holandesas. Quanto ao Padre Antônio Vieira, personagem histórico bastante conhecido, é importante ressaltar que era noviço da Companhia de Jesus no Colégio da Bahia à época da invasão holandesa em Salvador.

Entretanto, Requião, para se constituir em sujeito do discurso, subjetiva-se em uma dada formação discursiva, a qual está subordinada a uma formação ideológica. Também essas são possíveis de identificação por meio das condições de produção e de marcas no próprio discurso.

Após a Independência do Brasil e cessadas as lutas pela sua consolidação, os intelectuais brasileiros, juntamente com o Imperador D. Pedro II, refletiram sobre a necessidade de criação de uma imagem de Estado Nacional, visando definir a jovem nação junto à população interna e à externa. Para tanto, foi criado, em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – nos moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII.

As diretrizes apontadas para o IHGB, de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius, apontavam para o encontro das três raças que deram origem ao povo brasileiro: índio, branco e negro, ainda que privilegiando a raça branca. A necessidade de definir organicamente a população, considerando analogicamente a questão racial e os problemas sociais, fez emergir a observância retrospectiva das dissonâncias surgidas em meio à diversidade do povo, para que então fossem reorganizadas em imagem exemplar a ser registrada para a posteridade.

³A respeito do nome do cronista, há várias grafias: Johann Greorg Aldenburg, Johann Gregor Albemburgk e Johann Georg Adenburg. Seguiu-se neste trabalho a grafia que figura no *Ánua do Arquivo Público da Bahia*. v. 26, 1938, que foi a referência consultada pelo autor deste trabalho e por Requião.

Ao assumirem a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria, os escritores românticos desempenharam um papel fundamental na criação dessa imagem exemplar.

Requião, ao produzir seu discurso sobre a invasão holandesa na Bahia, permanece fiel aos princípios definidos por Martius e segue de perto o modelo alencariano, visto que admira “*As minas de prata*, em que Alencar ressuscita a história colonial baiana dos primórdios do século XVII” (VEIGA, 1993, p. 98), como afirma o próprio Requião em artigo publicado no jornal *O Imparcial*, em 01 de dezembro de 1940 e transcrito por Veiga (1993, p. 98):

Vamos a um dos maiores, dos mais célebres, dos mais fulgentes, a cujo formoso talento descritivo, a cujo estilo e a cujos primores literários ninguém (nós inclusive) deixará de render, sempre, as melhores e mais justas homenagens. Trata-se de José de Alencar (...)

Para levar a cabo a tarefa, a qual compreendia uma observância retrospectiva, Requião, professor de História Geral do Colégio da Bahia, vale-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, como podem ser vistas nas notas ao final do volume. As notas coligidas por Requião para a série *Os invasores* se enquadram na reconstituição do passado, visto que elas figuram naqueles capítulos que introduzem as principais personagens dos romances e seu pano de fundo, bem como os acontecimentos políticos que também se encaixam nas engrenagens da narrativa. Requião chega ao requinte de iniciar os capítulos com uma epígrafe e de explicar termos usados no século XVII em notas de rodapé.

O discurso de Requião (1976b) apresenta como pano de fundo um ambiente histórico totalmente reconstruído, no qual:

- a ação do romance se desenvolve num passado anterior ao presente do escritor;
- as personagens são tipos bem marcados;
- os papéis históricos são secundários e os ficcionais figuram em primeiro plano;
- a figura dos marginais, apesar de ter um valor inegável, fazendo parte e ajudando a contar a história, pode se apresentar como principal, e pode determinar a focalização por parte do narrador;
- a descrição detalhada dos lugares e das personagens é um modo de incorporação e assimilação de dados, a fim de se obter uma veracidade histórica;
- o narrador desse tipo de escrita tem a função de focar os detalhes, a fim de apresentar e contextualizar o momento histórico.

Apresentadas as condições de produção, que possibilitaram o surgimento do discurso, as formações ideológica e discursiva, às quais se filia o formulador em sua posição-sujeito na função-autor, passa-se então ao gesto de interpretação literário.

Para que se possa entender o momento histórico, faz-se necessário um breve resumo dos acontecimentos relativos à invasão holandesa em Salvador no ano de 1624, conforme consta no arquivo.

Em maio de 1624 chegou à Baía de Todos os Santos poderosa esquadra holandesa, sob o comando do almirante Jacob Willekens. Vinha, como comandante das tropas, o coronel [Johann Van Dorth](#). O governador geral, [Diogo de Mendonça Furtado](#), soube da aproximação do inimigo e procurou fortalecer a defesa da cidade. Como não tivesse tropas suficientes, o governador aliciou como soldados muitas pessoas que trabalhavam no comércio e no campo. Mas o inimigo tardava muito a chegar e eles acreditaram que não viria mais. Enquanto isso, o comércio se via prejudicado e as roças estavam abandonadas. Então, o bispo D. Marcos Teixeira, por desavença com o governador, incentivou a debandada do “povo do Recôncavo”. Nessa ocasião apareceu o inimigo e, só encontrando pouca resistência, entrou na cidade, que foi abandonada pela população.

O governador foi preso e enviado para a Holanda. Matias de Albuquerque, sucessor de Diogo de Mendonça Furtado, era o governador de Pernambuco e, por isso, foi escolhido Antão Mesquita, logo substituído pelo Bispo D. Marcos Teixeira, que organizou toda a resistência contra o inimigo, preparando pequenos ataques de emboscada, os quais impediam a saída dos holandeses da capital.

Nessa ocasião, o comandante das tropas holandesas, Johan Van Dorth, afastando-se de sua tropa, foi morto por Francisco Padilha. Conta-se que logo depois chegaram alguns índios, aliados dos portugueses, e, cheios de ódio, cortaram os pés, as mãos e a cabeça do coronel holandês. A administração de Van Dorth foi marcada pela tentativa de aproximação com os habitantes da cidade, pelos cuidados com a defesa, pela disciplina de seus comandados etc.

A situação piorou para os holandeses no Brasil, quando chegaram reforços à Bahia, comandados por D. Francisco de Moura. O inimigo já não podia mais sair da cidade, pois estava cercado. Faltava, porém, completar o cerco por mar, para que ele não pudesse receber ajuda da Holanda.

No começo, a Espanha não tomou nenhuma medida para a expulsão dos holandeses. Mas depois, receando que o domínio holandês se estendesse também até o México e o Peru, onde havia ricas minas de ouro e prata, resolveu mandar ao Brasil poderosa esquadra.

Comandada por D. Fadrique de Toledo Osório, essa esquadra chegou à Baía de Todos os Santos em abril de 1625. Cercados por terra e por mar, os holandeses renderam-se no dia 30 desse mês.

Inicia-se a análise pela narração no arquivo do tema escolhido: “a morte de Van Dorth”.

Ao se deslocar para o Forte de São Filipe, que se localizava em posição dominante na ponta de Monte Serrat, então limite norte da cidade de Salvador, atual praia de Boa Viagem, Van Dorth é surpreendido numa emboscada, na qual, segundo Frei Vicente do Salvador ([1627] s.d., p. 145), as personagens históricas principais são Francisco Padilha e seu primo Francisco Ribeiro, havendo chegado os índios *a posteriori*.

CAPÍTULO VIGÉSIMO QUINTO

De como foi morto o coronel dos holandeses d. João Vandort, e lhe sucedeu Alberto Escutis, e o bispo assentou o seu arraial, e estâncias para os assaltar

Desta desordenada vinda, e cometimento da cidade ficaram os nossos portugueses desenganados de mais poderem cometer; mas ordenou o bispo que andassem ao redor dela pelos matos algumas companhias, porque quando alguns holandeses saíssem fora como costumavam, ou os negros de Guiné, que com eles se haviam metido a buscar frutas, e mantimentos pelos pomares, e roças circunvizinhas, os prendessem, sucedeu ser o coronel o primeiro que saiu a cavalo a ver a fortaleza de S. Filipe, que dista uma légua da cidade, e à tornada se adiantou dos holandeses, e negros, que trazia em sua guarda, levando só em sua companhia um trombeta em outro cavalo, onde lhes saiu Francisco de Padilha com Francisco Ribeiro, seu primo, cada um com a sua escopeta, e acertando melhor os tiros que acertou o coronel com um pistolete, que disparou, lhes mataram os cavalos, e depois de os verem derribados, e com os pés ainda nos estribos debaixo dos cavalos, matou o Padilha ao coronel, e o Ribeiro ao trombeta, e logo chegaram os índios selvagens de Afonso Rodrigues da Cachoeira, que ali andavam perto, e cortando-lhes os pés e mãos e cabeças, conforme o seu gentílico costume, e os deixaram, donde os holandeses levaram o corpo do seu coronel, e o dia seguinte o enterraram na Sé com a pompa, que costumam, muito diferente da nossa, porque não levaram cruces, música, nem água benta, senão o corpo em um caixão coberto de baeta de dó.

Já Adenburg ([1631]1938, p. 113) prefere atribuir a morte do General Van Dorth aos índios selvagens, portugueses e negros.

Então, quando o dito general, a cavalo e acompanhado por seu corneteiro e ordenança, já afastado dos seus e perto do inimigo, passava por um caminho estreito, no meio do mato, e tão estreito era o

caminho que nem podia virar o cavalo, foi surpreendido pelos índios selvagens, portugueses e negros.

Vieira ([1626]1925, p.28) desloca o centro da cena para o desastre advindo aos holandeses com o falecimento do Coronel Van Dorth.

Repartidos os capitães e soldados pela dita ordem, o primeiro encontro, em que deram a conhecer sua apostada determinação ao inimigo, foi que, vindo do porto de S. Filipe, vizinho a Nossa Senhora do Monserrate, o seu coronel ou governador, homem intrépido e afamado em uma e outra guerra, naval e campal, assim em Flandres como nas armadas, acompanhado de cem soldados de guarda, rebentaram os nossos de uma emboscada contra eles, e um remeteu com o governador, que vinha a cavalo, e o derrubou. Tanto que este caiu, caiu com êle o ânimo aos pés dos soldados que o acompanhavam, como bem se viu no efeito, porque, faltando-lhe às mãos para resistirem, só nos pés lhe sobejou para fugir.

Requião (1976b, p. 122-124) segue, até certo ponto, Frei Vicente do Salvador.

No início do recorte, pode-se observar que Requião (1976b, p. 122-123) centra sua narrativa num diálogo entre André Padilha (personagem ficcional), apelidado de Quebra Cacete, e seu pai Francisco Padilha, este último uma personagem histórica. O diálogo versa sobre os acontecimentos relacionados à emboscada.

Daí a pouco, apareceram, na curva do areal ensolejado, dois cavaleiros, que se haviam apartado do grosso de sua tropa, naturalmente retardada. Um precedia o outro na medida de seis côvados.

- Reparai, que é o Coronel, em pessoa, meu pai ... Pelo todo, não me engana! – advertiu, em surdina, o *Quebra Cacete* a seu valente genitor. E acrescentou:

- Faz-se acompanhar, apenas, de um cabo trombeteiro. Não percamos tempo, que Deus está por nossa causa!

E precipitou-se, sozinho, como um desvairado, para o meio da vereda. Era uma imprudência aquela, que poderia comprometer toda a preparação da nova emboscada de seu pai, com possíveis consequências desastrosas para este.

- Que fazes, André, antes da hora? – gritou-lhe Francisco Padilha, autoritário – não vos exponhais desta maneira!

O sentimento insopitável e generoso da paternidade procurava transferir a responsabilidade filial de um provável dano causado a todos, para o mal que o próprio filho a si mesmo originasse.

Foi tardia, no entanto, a intimativa.

Um tiro de pistolete fez-se ouvir, naquele instante, surdo e seco, à beira da maré, em preamar, acompanhado, imediatamente, de outro disparo, nas mesmas condições, e que explodiu no ar parado.

Duas balas passaram raspando a cabeça e o ombro esquerdo de André, e por pouco, seguramente, não o deixaram vitimado. Eram o cartão de visita de Van Dorth, o qual, desde logo, se apercebera da tocaia, subestimando, todavia, o que tinha pela frente.

Em seguida, Requião (1976b, p. 123) narra os fatos, seguindo de perto Frei Vicente do Salvador. Salvo que este último relata que Van Dorth foi morto pelo Capitão Francisco Padilha e o trombeteiro foi morto por Francisco Ribeiro, seu primo. Requião (1976b, p. 123), entretanto, narra os disparos de fisberta realizados tanto por Francisco Padilha contra Van Dorth quanto por Francisco Ribeiro contra o trombeteiro. Van Dorth foi atingido, mas ainda não estava morto, e o trombeteiro foi alvejado no peito por uma seta e fugiu cambaleando.

Então, o Comandante baiano não trepidou, na decisão que lhe conviria ser tomada, confirmando o seu valor militar, com a centelha da improvisação da única providência, que no caso, se tornava de mister. Alterava-se, subitamente, o plano primitivo da guerrilha: tornava-se imperativa a eliminação do chefe contrário, que tão imprudentemente se lhe oferecia, pois dessa circunstância tiraria o máximo proveito.

Não esperou que ninguém lhe tomasse a iniciativa: apontou sua escopeta ao rosto do Coronel, que se lhe aproximava, com celeridade, de fisberta em punho, e deflagrou-a, com a perícia habitual, que o tornara famoso atirador, enquanto o Capitão seu primo fazia o mesmo, na direção do ordenança, e uma chuva de flechas e projéteis caía sobre ambos os flamengos e suas respectivas montarias.

Van Dorth, desequilibrado, pela percussão, tombou do cavalo, pesadamente; e o corneteiro, com o peito transfixado, por uma seta, deitou a correr, cambaleante, para trás, chamando por socorro da tropa, que se atrasara.

O oficial holandês, por terra, com os olhos esbugalhados, a mão esquerda na espada e a direita comprimindo o pescoço, no qual a jugular interna fora seccionada e o nervo pneumogástrico atingido, punha golfadas de sangue, pela boca, sem poder articular sequer uma palavra ...

Requião (1976b, p. 123-124), então, desloca o centro da narrativa para a personagem ficcional Raquel. Descrita como filha do Escrivão da Câmara Rui Carvalho Pinheiro, “recebera, no batismo, o nome de Raquel, e nisto parecia querer a Providência reviver, em tal pessoa, a história bíblica de Jacó...” (REQUIÃO, 1976a, p. 24). O romance da personagem ficcional Raquel com a personagem histórica Antônio de Menezes Furtado e as ações decorrentes desse romance são ficcionais, criados por Requião. Antônio de Menezes Furtado, filho do Governador, apaixona-se por Raquel, mesmo estando noivo de Eunice, sobrinha de D. Marcos Teixeira, Bispo do Brasil.

O amor é correspondido e Antônio de Menezes rompe o noivado com Eunice, acarretando a raiva de D. Marcos Teixeira que, em sermão na Igreja da Sé, incentiva o “povo do Recôncavo” a retornar às suas casas e tarefas, desguarnecendo a defesa da cidade. Com a cidade invadida, a população foge para o aldeamento do Espírito Santo (atualmente Vila de Abrantes) e, no caminho, Eunice suicida-se nas águas do Rio Vermelho.

Com a cidade conquistada, os holandeses prendem o Governador D. Diogo de Mendonça Furtado e seu filho na nau capitânia, segundo consta no arquivo. Mas Requião cria uma narrativa na qual somente o primeiro foi preso na nau capitânia e, ao tentar resgatar o pai, Antônio de Mendonça Furtado recebe um tiro na cabeça e então se espalha o boato de sua morte. Tanto no arquivo quanto na ficção, pai e filho são enviados para a Holanda.

Na sequência da narrativa ficcional, Raquel jura vingar a morte do amado e, com o apoio do Bispo D. Marcos Teixeira, veste-se de homem e integra as fileiras do Capitão Francisco Padilha. Nessa empreitada, conta com o apoio de André Padilha, que a ama em segredo porque era amigo de Antônio Mendonça, e promete casar-se com ele após realizar a sua vingança.

Passou-se, então, uma cena estranha, de violência impressionante e de inacreditável imprevisto, em que à instantaneidade dos movimentos verificados se juntava a irrupção confirmatória do ódio fermentado e da vingança brutal. Antes que a qualquer outro dos emboscados ocorresse sequer idéia do que deveria fazer, dali por diante, isto é, se conviria avançar, para chegar ao ferido, ou mais acertado fora permanecer à espera do inimigo, prestes a surgir, Raquel, de um salto, com a agilidade da corça na vastidão da floresta, arrancou do cinto de André Padilha o punhal que estivera, pouco antes, a examinar, com os olhos, e, mais parecendo um demônio loiro, liberto das profundezas do Inferno grego, mais semelhando a um anjo do extermínio, expelido, de repente, das entranhas da terra, mais sugerindo a alegoria minaz de uma Erínia furiosa, procedente das águas da Stígia e desembarcada do lenho de Caronte, correu, inobstável, resoluta, irrestringível, na direção do cavaleiro derrubado.

De lâmina erguida, como emblema do desagravo, que coruscava terrível, aos raios quentes do sol, dir-se-ia aquela criatura, bela e jovem, como uma ninfa disfarçada em verdugo inconversível, a deusa tiranicida da liberdade, a espartíata da desforra baiana.

Foi certa, veloz, implacável, indômita, ao Coronel estendido em decúbito lateral; e, vendo-lhe a fronte a descoberto, encostada ao solo que caíra, com a mão direita, cravou-lhe, firme, o aço inflexível, numa das têmporas, enquanto com a esquerda, fazendo contrapeso, diligenciava por atravessar, de lado a lado, a cavidade daquela região. Como não o conseguisse, com a mesma rapidez anterior, fez de uma pedra um martelo, e, percutindo, acerbamente, várias vezes, o cabo da arma justicadora, só cessou o seu expediente, ao vê-la trespassar a cabeça e fixar-se na terra dura, num rangido de ossos fraturados.

Van Dorth estava morto.

Requião (1976b), na função-autor, dá às personagens históricas um valor secundário e às ficcionais, um papel central na narrativa, visto que estas determinam a focalização por parte do formulador, numa posição-sujeito da formação discursiva do romance histórico, uma

vez que é no silêncio da história que surge espaço para a ficção. Tal fato pode ser atestado pela vingança de Raquel no recorte acima.

A vingança é uma das paixões. Para se falar em paixão e apaixonados necessita-se recuar até a tragédia grega. A tragédia é uma forma dramática, cujas personagens protagonistas se veem enfrentando de maneira misteriosa, inexpugnável e inevitável o universo ou os deuses, movendo-se sempre até um desenlace fatal por uma força cega, a fatalidade, a *sina* ou o *fatum*.

As tragédias se caracterizam por acabar forçosamente em morte ou em loucura da personagem principal, que é sacrificada assim a essa força que se lhe impõe e contra a qual se rebela com orgulho insolente ou *hybris*.

A tragédia nasceu, como se conhece na Grécia, com obras de Tespis e Frinico, e se consolidou com a tríade de grandes trágicos do classicismo grego: Ésquilo, Sófocles e Eurípides.

A tragédia se cria a partir da ação dramática da personagem protagonista e nela não existem personagens cômicas. O protagonista da tragédia é excepcional por sua virtude, consciência ou preocupação social, ou seja, foge ao comum. Sempre há um profundo sentido ético e padece de uma paixão profunda (*páthos*), que os racionalistas gregos identificavam com um mal ou enfermidade. Por isso, o conflito do protagonista costuma ser, na maioria das vezes, consigo mesmo e com as forças da natureza, de sorte que sua luta é pelo restabelecimento da ordem cósmica, apelando para o conhecimento e a posterior superação, visando à realização de sua grandeza, por meio da *catarsis* que o purifica, mais que a ele, ao espectador.

Aristóteles dedica à tragédia grande parte de sua *Poética*, referindo-se a ela como imitação de ação esforçada e completa, de certa amplitude, em uma linguagem que tem ritmo, harmonia e canto. A tragédia clássica devia cumprir três condições: conter personagens de elevada condição social (heróis, reis, deuses), estar em uma linguagem elevada e digna, além de terminar tristemente, por meio da destruição ou da loucura de uma ou várias personagens sacrificadas por sua desmesura ou orgulho ao rebelar-se contra as leis do destino.

Conforme se pode observar, a base da tragédia é a paixão, ou seja, o *páthos*. Segundo Bailly (1909, p. 642), trata-se de sofrer de uma afeição viva, ser vivamente emotivo, se apaixonar. Para Lausberg (1982, p. 105-106), o *páthos* é o grau mais violento dos afetos, a comoção. Tanto assim que, na tragédia, o que se espera dos espectadores durante o espetáculo

são dois afetos com grau reduzido de violência: esperança e medo. Ao término da encenação, espera-se que os espectadores sintam comiseração e horror.

Observa-se no recorte que Raquel é regida pela cólera, visto que, segundo Aristóteles ([IV a.C.] 1986), esse sentimento é um grito contra a diferença imposta, “injusta” ou sentida como tal (a morte de seu amado), daí o sentimento de vingança. Nesse momento a cólera reequilibra a relação proveniente do ultraje, da afronta, e a imaginação se exprime no propósito da vingança, visto que apresenta o problema resolvido e, com isso, satisfaz quem se entrega a ela, ao mesmo tempo em que é por ela determinado. A cólera pressupõe a possibilidade dessa vingança, presumindo-se que o ofensor não é assim tão poderoso – “Daí a pouco, apareceram, na curva do areal ensolejado, dois cavaleiros, que se haviam apartado do grosso de sua tropa, naturalmente retardada. Um precedia o outro na medida de seis côvados” (REQUIÃO, 1976b, p. 122).

A narrativa da vingança segue o modelo dos romances históricos do romantismo, na medida em que apresenta uma adjetivação rica e erudita. Comparada a “um demônio loiro, liberto das profundezas do Inferno grego” (REQUIÃO, 1976b, p. 124), a imagem criada de “demônio”, como se acreditava na [Antiguidade](#), referia-se a um [gênio](#) que inspirava os indivíduos tanto para o [bem](#) quanto para o [mal](#). O “loiro” refere-se à cor dos cabelos da personagem. O inferno grego correspondia às profundezas ou ao reino de [Hades](#), para onde iam os mortos. Daí ser comum encontrar-se a referência de que Hades era deus dos infernos. O uso do plural, infernos, indica mais o caráter de submundo e mundo das profundezas do que o caráter de lugar de condenação, em geral dado pelo singular, inferno. Distinguindo o lugar dos mortos - o Hades - a mitologia grega também concebeu um lugar de condenação ou de prisão, o [Tártaro](#). A influência de Hades é quase que estritamente negativa e maléfica, vinculada a pragas, doenças, destruições e guerras, mas também é tida como influência de desafios, afinal, nas tradições antigas, para seguirem o "caminho do herói", testes e provações físicas e psicológicas eram necessárias. Assim, no contexto mitológico, Hera (esposa de Zeus) e Hades eram os principais responsáveis diretos por estas provações.

A construção ficcional da imagem de Raquel na concretização da sua vingança traz ainda outros elementos ligados à mitologia grega: “mais sugerindo a alegoria minaz de uma Erínia furiosa, procedente das águas da Stígia e desembarcada do lenho de Caronte (REQUIÃO, 1967b, p. 124). As Erínias (Fúrias para os [romanos](#) – *Furiae* ou *Dirae*) eram personificações da vingança, semelhantes a [Nêmesis](#). Enquanto Nêmesis (deusa da vingança) punia os deuses, as Erínias puniam os mortais. Eram [Tisífone](#) (Castigo), [Megera](#) (Rancor) e [Alecto](#)

(Inominável). Viviam nas profundezas do Tártaro, onde torturavam as almas pecadoras julgadas por Hades e [Perséfone](#). Nasceram das gotas do sangue que caíram sobre [Gaia](#), quando o [deus Urano](#) foi castrado por [Cronos](#). Pavorosas, possuíam asas de [morcego](#) e cabelo de [serpente](#).

Segundo a mitologia grega, antes de chegar ao Hades, os mortos pegavam a balsa de [Caronte](#) para atravessar o rio Aqueronte (das dores) – em algumas versões, em vez do rio Aqueronte, seria o rio Estige (“procedente das águas da Stígia”). Caronte transportava os heróis, as crianças, os ricos e os pobres para o Hades propriamente dito, mediante moedas para fazer a passagem. Era costume grego colocar uma moeda, chamada [óbolo](#), sobre os olhos do cadáver, para pagar Caronte pela viagem. Se a alma não pudesse pagar, ficaria forçadamente na margem do Aqueronte para toda a eternidade, e os gregos temiam que pudesse regressar para perturbar os vivos.

Requião (1967b, p. 124) continua: “dir-se-ia aquela criatura, bela e jovem, como uma ninfa disfarçada em verdugo inconversível, a deusa tiranicida da liberdade, a espartíata da desforra baiana. A beleza e a juventude de Raquel (tinha 20 anos) são resumidas na palavra “ninfa”, que, segundo a mitologia grega corresponde à mulher nova, esbelta e formosa, divindade mitológica dos rios, dos bosques e dos montes. Observa-se, nessa passagem, a utilização da antítese, figura de pensamento que apresenta ideias contrárias: primeiro “ninfa disfarçada em verdugo inconversível”, a delicadeza e a beleza das ninfas se opõem à imagem do verdugo: algoz, cruel e desumano; em seguida, “deusa tiranicida da liberdade”, deusa injusta e cruel, cuja vontade está acima da lei e da justiça, que não respeita a liberdade. Realizando um gesto de interpretação, pode-se ler a passagem como uma bela e jovem mulher que, de forma cruel e desumana, liberta o oprimido. E como resumo tem-se “espartíata”, habitante de Esparta, cidade guerreira, que desfruta de seus direitos. Ou seja, Requião resume da figura de Raquel todo o anseio de vingança do povo baiano invadido.

Conforme se pode verificar nesse recorte, Requião (1976b, p. 122-124) subjetiva-se na formação discursiva do romance histórico tradicional, formula o seu discurso bem ao gosto do romantismo e, na função-autor, numa posição-sujeito de bom sujeito, ou seja, muito próxima da forma-sujeito da formação discursiva na qual se subjetiva, o destaque desloca-se para as personagens ficcionais e é reservado às personagens históricas valor secundário, visto que aquelas determinam a focalização por parte do formulador, uma vez que é no silêncio da história que surge espaço para a ficção.

REFERÊNCIAS

- ADENBURG, J. G. Invasão holandesa na Bahia pela testemunha ocular Johann Georg Adenburg [1631]. Trad. D. Clemente Maria da Silva - Nigra. In: **Ânuo do Arquivo Público da Bahia**, vol. 26, p. 113, 1938
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [IV a.C.]1998.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndice de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [IV a.C.] 1986.
- BAILLY, M. A. **Abrégé du dictionnaire grec-français**. 12a. ed. Paris: Hachette, 1909.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. In: **Langages**, Paris, n. 62, juin. 1981.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.
- FREI VICENTE DO SALVADOR. **História do Brasil**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7334880/Historia-Do-Brasil-Por-Frei-Vicente-Do-Salvador-1627#scribd> > p. 145 [1627]. Acesso em: 13 mai. 2015.
- LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Trad. R. M. Rosado Fernandes. 3ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/UNICAMP, 2003.
- REQUIÃO, A. **O baluarte: crônica do século XVII**. 2ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, [1940] 1976a.
- REQUIÃO, A. **Dom Marcos: crônica do século XVII**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1976b. p. 122-124.
- VARNHAGEN, F. A. de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena, Finsterbeck, 1871. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=dWACAAAAYAAJ&pg=PR5&dq=caravela&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q=caravela&f=false >. Acesso em: 13 mai. 2015.
- VEIGA, C. **Atravessando um século: a vida de Altamirando Requião**. Rio de Janeiro: Record. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

VIEIRA, A. Anua da Província do Brazil. Carta I Ao Geral da Companhia de Jesus 1626 – Setembro 30. In: **Cartas do Padre Antonio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 3-76 . Disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.brasiliana.usp.br%2Fbbd%2Fbitstream%2Fhandle%2F1918%2F01951310%2F019513-1_COMPLETEO.pdf&ei=KlhSVfiGHq-1sATx8YDQDQ&usg=AFQjCNHfeuRliVfyj5mqd7XRSc2D4vJNrQ>. Acesso em: 13 mai. 2015.

Recebido em: 07 de maio de 2015.

Aceito em: 30 de junho de 2015.